

No rendilhado do cotidiano:

a família dos livres de cor nas vilas de Baependi e de São João del Rei (1831)

Autora: Sirleia Maria Arantes

Doutoranda em História pela UFMG

Resumo: A família dos livres de cor se constituía a partir das relações consanguíneas e como unidade produtiva no entorno da propriedade ou das casas de morada. Para apreender a dinâmica e a composição dessas famílias, optou-se nesse ensaio em utilizar as listas nominativas de 1831 dos termos da vila de São João del Rei e da vila de Santa Maria de Baependi, pertencentes a Comarca do Rio das Mortes e o fragmento da família do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, pertencente ao termo da vila de São João del Rei. Estas vilas geograficamente se situam à margem esquerda do Rio das Mortes e são compostas por freguesias que se estendem de São João del-Rei até as divisas das Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Palavras chaves: listas nominativas, livres de cor, família, Vila de São João del Rei e Vila de Santa Maria de Baependi

Área temática: 1. História Econômica e Demografia Histórica

**No rendilhado do cotidiano:
a família dos livres de cor nas vilas de Baependi e de São João del Rei (1831)**

Sirleia Maria Arantes¹

“o alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, [pessoas] de mim reconhecidas pelos quais trato e dou fé, sendo os mesmos homens naturais destas Minas, nascidos no curato de Nossa Senhora da Piedade freguesia e termo da Vila de São João del Rei, **que vivem de cultura e criar, e seus negócios de mandarem cargas para a corte do Rio de Janeiro**”².

Introdução

A família dos livres de cor do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira se constituía a partir das relações consanguíneas e como unidade produtiva de “cultura e criar”, e “seus negócios de mandarem cargas para a Corte do Rio de Janeiro”³. Era um fogo no entorno da fazenda Ponte Alta e outros autônomos nas propriedades circunvizinhas, com um expressivo plantel de escravos, com a presença de gado cavalariço, *vacum* e ovinos e com uma considerável produção de gêneros alimentícios. O chefe do fogo, o alferes Joaquim Rodrigues Teixeira e seus filhos foram recenseados nos mapas de população da década de 1831, pertencentes ao termo da vila de São João del Rei. Para apreender a dinâmica e a composição dessas famílias, optou-se nesse ensaio em utilizar as listas nominativas de 1831 dos termos das vilas de São João del Rei e de Santa Maria de Baependi, pertencentes a Comarca do Rio das Mortes. Estas vilas geograficamente se situam à margem esquerda do Rio das Mortes e são compostas por freguesias que se estendem de São João del-Rei até as divisas das Capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ambas as vilas tem seu foral em período distintos, mas o traço em comum é que elas abroham a partir da busca do ouro. A Vila de São João del Rei surge da aglomeração urbana oriunda da mineração denominada Arraial Velho, elevado à vila em 8 de dezembro de 1713 e, em cidade, em 1838. Dois anos após a sua elevação à Vila, fora escolhida pela Coroa portuguesa para tornar-se administrativamente a cabeça da Comarca do Rio das Mortes e centro do distrito eleitoral

¹ Doutoranda em História pela UFMG.

² AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.

³ AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.

em 1714. Já a Vila de Santa Maria de Baependi, tem sua origem no início da descoberta das primeiras Minas dos Cataguases, essa região permeava o caminho que ligava São Paulo às minas do ouro, com estalagens e roças para abastecer os viajantes, pois na “estalagem do Rio Verde (...) tem muitas roças, e vendas de cousas comestíveis, sem lhe faltar o regalo de doces. (...) com muito palmito, que se come, e mel de pão, medicinal, e gostoíó (sic)”. Além dos alimentos a região “tem este Campo seus altos e baixos, porém moderados: e por ele se caminha com alegria porque tem os olhos, que ver, e contemplar na prospectiva do Monte Caxambú, que se levanta às nuvens com admirável altura”⁴. Entretanto, a maior presença populacional nessa região ocorre após a crise da mineração na chamada acomodação evolutiva com atividades voltadas para a subsistência e para a produção do tabaco, pois a maior ocupação das “áreas virgens que medeavam Minas e o litoral” foi a partir do movimento centrífugo da população após a mineração⁵. A Vila de Baependi foi uma das últimas a serem criadas no período colonial, teve seu foral no dia vinte e sete de novembro de 1814⁶, a qual estava até então, subjugada a Vila da Campanha da Princesa. Nesse período já possuía um intenso comércio com a Corte do Rio de Janeiro, para onde escoava produtos como o “tabaco, gado grosso e miúdo, toucinho, queijos, cujos gêneros, com exceção do gado, são exportados em bestas muares”⁷.

A escolha das vilas de São João del Rei e de Santa Maria de Baependi pauta-se no fato de comporem uma região dinâmica quer no auge da mineração abastecendo os caminhos, quer na chamada acomodação evolutiva, permitindo a estas vilas um contínuo desenvolvimento econômico e social. Os dois termos têm em comum a proximidade geográfica, pois a jurisdição do termo da Vila de Baependi divisava ao norte com o da Vila de São João del Rei pelo Rio Grande, ao sul pela Serra da Mantiqueira com as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, a leste pelo Rio Grande com os termos das vilas de São João del Rei e Barbacena e a oeste com os termos da Vila da Campanha e pela serra de Carrancas com o termo da Vila de São João del-Rei⁸.

Das duas vilas em foco, apenas a de Baependi não possui mapas de população para 1831, sendo assim, foi feita opção nesse ensaio em trabalhar com as listas nominativas dos termos. O termo é uma divisão dos territórios municipais⁹, que na maioria das vezes não seguia nem a

⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brazil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1923. p. 179-180.

⁵ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.61.

⁶ Informação de serviço que faz o ouvidor da comarca do Rio das Mortes referente à criação da vila de Santa Maria do Baependi, no dia 23/10/1814, e comunicando a remessa dos autos de criação e levantamento do pelouro, os quais autos não estão anexos. Arquivo Público Mineiro, SG – Cx. 92, doc. 39.

⁷ Memórias Municipais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v.2 n. 2, p.244-256, 1897. p.251.

⁸ MATOS, José Raimundo da Cunha, p.122

⁹ Arraias, p. 312

divisão eclesiástica e nem a divisão política¹⁰ marcada por um emaranhado de modificações nos distritos que compunham os termos na divisão jurídica e administrativa¹¹, o que nos levou a utilizar os distritos, capelas e curatos que afirmavam pertencer ao termo destas duas vilas na lista nominativa de 1831. O termo da Vila de São João del-Rei compreendia a paróquia de Conceição de Carrancas, o curato de São Francisco de Assis do Onça, a capela de Nossa Senhora Nazaré, a capela de São João Nepomuceno, a aplicação de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, a capela de São Miguel do Cajuru, o distrito de Madre de Deus, o distrito da Senhora da Conceição do Porto, o distrito da Capela do Espírito Santo freguesia de Carrancas. O termo da Vila de Santa Maria do Baependi abarcava o arraial e Matriz paroquial de Aiuruoca, a capela de Nossa Senhora do Carmo do Pouso Alto, a capela de Serranos, a capela de São José do Favacho, a capela de Santana do Guapera, a capela do Espírito Santo da freguesia de Pouso Alto, a capela Nossa Senhora da Alagoa, a capela de São Vicente e o curato do Turvo.

Na Comarca do Rio das Mortes percebe-se a presença de famílias de forros com um grande índice de nupcialidade¹², faz-se necessário investigar essa situação para a Vila de Baependi, uma vez que para a Vila de São Joao del Rei, Brügger corrobora essa afirmação¹³. Nesse trabalho será utilizado o conceito “livres de cor”, como uma forma de abarcar os egressos do cativo quer crioulos, pardos ou cabras e seus descendentes. A escolha do termo “livres de cor” pauta-se em dois fatores: o primeiro é que esse termo abarca todos os grupos de libertos ou alforriados “sem distinção de condição no momento do nascimento”¹⁴; o segundo é a assertiva que “a cor da pele estava associada à condição que separava a liberdade da escravidão”, sendo marcas da distinção social¹⁵. Nessa perspectiva Douglas Libby, ao analisar a documentação da freguesia da Vila de São José del

¹⁰Segundo Theóphilo Feu de Carvalho em 1830 o termo da vila de São João del Rei era composto pela a vila e Matriz, o arraial de S. Gonçalo do Brumado, a freguesia de conceição da Barra, o arraial de S. Gonçalo de Ibituruna, o arraial de Matozinhos, arraial e Matriz de Lavras do Funil, o arraial de S João Nepomuceno, o arraial de Três Pontas de Lavras, o arraial do Espirito Santo da Varginha ou Catandubas, o arraial e Matriz de Carrancas, o arraial de São Thomé das Letras, o arraial e Matriz de Dores do Pântano e o arraial do Espirito Santo. E compunham o termo da vila de Santa Maria de Baependy, a vila e Matriz, arraial da Conceição do Rio Verde, arraial e Matriz de Pouso Alegre, arraial do Carmo, arraial de Boa Vista, arraial do Gloria, arraial de Santa Anna do Capivary, arraial e matriz de Ayruóca, arraial do Rosário da Lagoa, arraial do Turvo, arraial de São Vicente e arraial de Serranos. CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos*, em Minas Gerais (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922, p. 109-111.

¹¹GRAÇAFILHO, Afonso de A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1833-1888)*. São Paulo: Annablume. 2002.p 31-34.

¹² Acerca da nupcialidade da população forra na Comarca do Rio das Mortes, Guerzoni aponta para um alto índice e uma especificidade, casavam mais jovens em relação aos livres, apesar de serem no geral mais velhos. (p.178) GUERZONI FILHO, Gilberto; ROBERTO NETTO, Luis. Minas Gerais: índices de casamentos da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, 1988.

¹³BRUGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁴ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Hebert S. Pessoas livres de cor numa sociedade escravocrata: São Paulo e Minas Gerais no início do século XIX. LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. e KLEIN, Hebert S. (Orgs.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 463.

¹⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.143.

Rei, constata que “a condição forro/liberto tendia desaparecer da documentação bem antes do ‘silenciamento das cores’ (...) quase uma regra após a independência do Brasil”. Assevera que essa situação começa a consolidar na segunda metade dos setecentos, principalmente ao acompanhar a trajetória de alguns indivíduos e observar que nos registros paroquiais há vários exemplos “em que pais, mães, padrinhos, madrinhas e até mesmo senhores de escravos que em um momento eram arrolados como pardos, crioulos, cabras (...) para aparecer, em outro momento, sem cor ou origem alguma”¹⁶. Tais ambiguidades podem indicar um silêncio das fontes ou a mobilidade social que poderia ser ascendente ou descendente.

A metodologia que embasa este ensaio parte dos aportes teóricos da micro-história e da antropologia, sendo a ferramenta metodológica a demografia histórica na análise da composição e ocupação das famílias dos livres de cor. A micro-história, comum à história social, é uma prática baseada na redução da escala de observação numa análise microscópica e num estudo intensivo do material documental¹⁷. Este procedimento permite conciliar dois eixos da história social, quais sejam, “a estrutura e a experiência, formulando de maneira clara a questão da liberdade e da inteligibilidade da ação humana na história”¹⁸. A utilização da micro-história na análise aproxima-se da antropologia no que tange à análise microscópica proposta por Geertz ao se beneficiar das características presentes na “descrição densa”¹⁹. A “descrição densa” é uma perspectiva adequada do trabalho antropológico, sendo uma análise microscópica, porque o *locus* de estudo não é o objeto de análise. O antropólogo não estuda a aldeia, estuda na aldeia, observando que “as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas; de que, de onde vem uma interpretação não determina para onde ela poderá ser impelida a ir”²⁰, pois fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas. A partir dos mapas de população de 1830 e dos registros de batismos das vilas em foco pode-se extrair as famílias dos livres de cor reduzindo a escala. Assim, a micro-história e a antropologia conjugam-se com a demografia histórica. Esta permite uma visualização dos padrões da família e de produção, mas ao utilizar os mapas de uma forma nominativa pode-se recompor nominalmente as famílias e, ao cruzar essas relações com os outros documentos, para compreender quem são esses atores com suas respectivas famílias e como são suas teias de relações sociais.

¹⁶ LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 41- 63.

¹⁷ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 136.

¹⁸ CASTRO, Hebe Maria M. História Social. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de Teorias e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 54.

¹⁹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 34.

²⁰ Geertz, 1978, p.35-36.

O conceito de família, utilizado nesse trabalho é o de *dans ganze Haus*²¹, em que para além dos laços consanguíneos e dos imperativos da procriação, se constitui como unidade produtiva. Nessa perspectiva, os mapas de população desempenhavam o papel de censo demográfico e de censo econômico, pois “os fogos conciliavam os papéis de grupo de parentesco e de grupo de trabalho”²². A estrutura produtiva das famílias dos livres de cor, enquanto fogo, se aproxima da definição de *dans ganze Haus* de Otto Brunner para quem a unidade produtiva

Abarca la totalidad de las relaciones y actividades humanas em la casa, La relación de hombre y mujer, de padres e hijos, de señor de la casa y servi dumbre (esclavos) y El cumplimiento de lasta reaspuetas em la economia doméstica y agraria²³.

Para compreensão dessas unidades produtivas utiliza-se as listas nominativas de 1831 e 1839, os registros de batismo e os inventários *post mortem* dos livres de cor. As listas nominativas estão digitadas e organizadas em base de dados pelo CEDEPLAR²⁴, são fragmentos de censos demográficos e socioeconômicos do período proto-estatístico em que foram recenseados ½ milhão de indivíduos (60% a 65% da população)²⁵. Ao cruzar os dados das listas nominativas com os registros de batismo, os testamentos e os inventários dos livres de cor tem-se uma percepção da produção interligada aos laços consanguíneos e a constituição da família.

Os chefes de domicílios nas vilas de São João del Rei e Santa Maria de Baependi

Nos termos das vilas de São João del Rei e de Santa Maria de Baependi, observa-se a presença dos livres de cor distribuídos nos fogos recenseados pela Lista Nominativa da década de 1830, sendo que no primeiro termo há um número relativamente maior de pretos, indicando para a alta taxa de compra de alforrias²⁶ e para uma descendência de filhos que nasceram já com estatuto de livres. Em uma comparação entre as regiões de Campanha e Sabará, observa-se esse mesmo

²¹BRUNNER, Otto. *Novos caminhos da História Social e Constitucional*. Buenos Aires: Alfa. 1976. 211p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58474770/Brunner-Otto-Nuevos-Caminos-de-La-Historia-Social-y-Constitucional>> Acesso em: 1º jul. 2013.

²² RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.150.

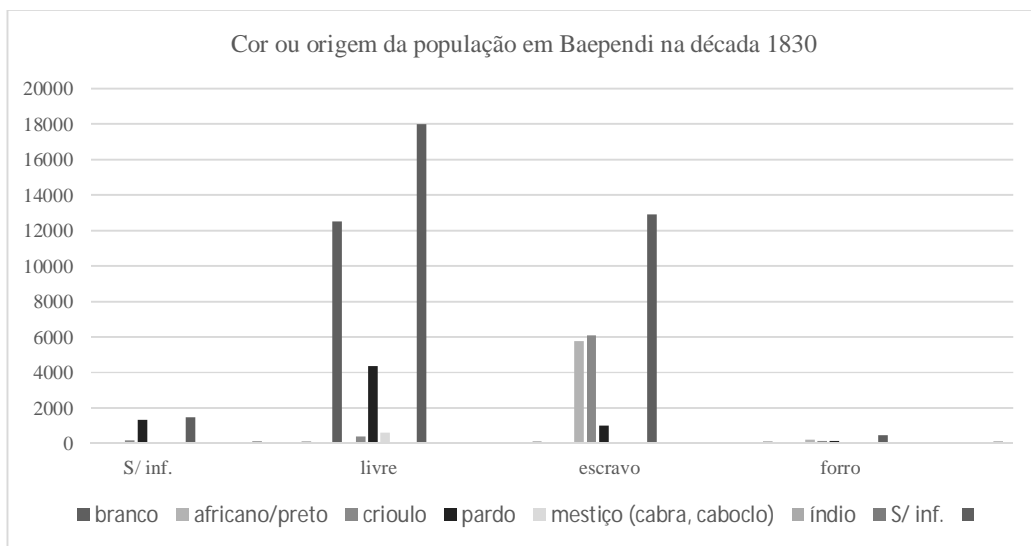
²³BRUNNER, 1976, p.93.

²⁴ POPLIN. Disponível em < <https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acessado dia 20/01/2014.

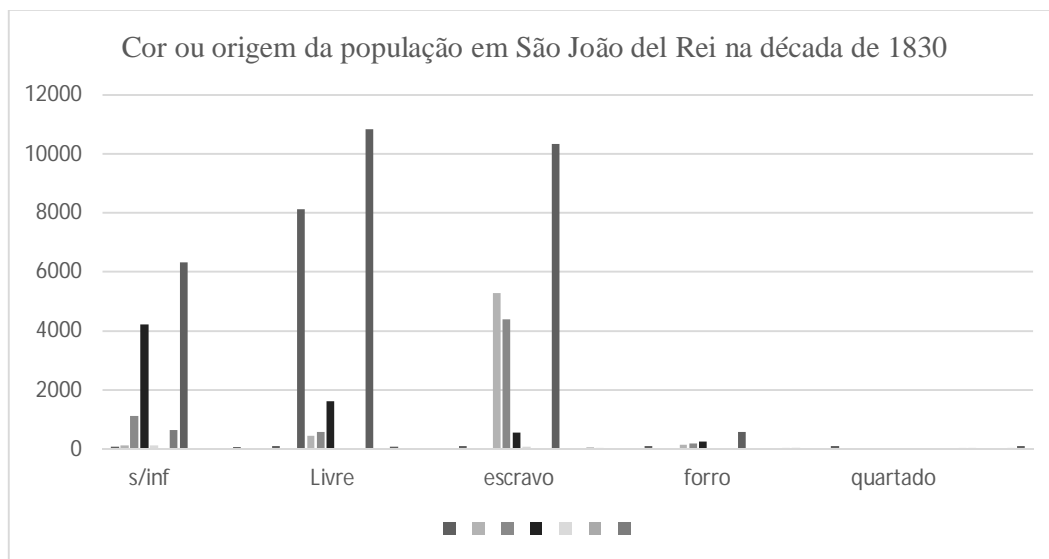
²⁵RODARTE, Mario M. S.; A.;M. Publicação crítica de censo sócio-demográfico e econômico para a província de Minas Gerais, 1830. In: Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros, 2010, Brasília. *Anais do Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros*. Brasília: BRASA, 2010.

²⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao concursopúblicoparaProfessorTitular, UFF, 2004.

padrão, ou seja, na primeira há uma presença maior de brancos e menor de pretos em relação a região aurífera com a incidência maior de alforrias²⁷.



Fonte: Lista nominativa de 1831, termos das vilas de São João del Rei e Santa Maria de Baependi. Disponível em: < <https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acesso em: 21 de maio de 2012.

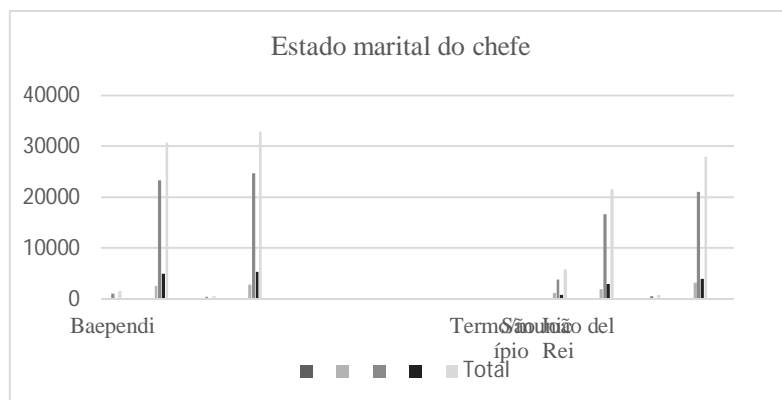


Fonte: Lista nominativa de 1831, termos das vilas de São João del Rei e Santa Maria de Baependi. Disponível em: < <https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acesso em: 21 de maio de 2012.

No estado marital dos livres de cor há a predominância dos casados, o que indica para as duas regiões, famílias constituídas em torno da produção, uma das características das *dans ganze*

²⁷KLEIN, H. S; PAIVA, Clotilde A. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 309-335, 1997.

Haus, cuja ocupação dos chefes são expressivamente voltadas para a agricultura quando os fogos são considerados rurais e atividades urbanas²⁸. A dinâmica do núcleo urbano da Vila de São João del Rei era mais intenso, uma vez que possuía 891 fogos e, segundo Pohl, com casas de um andar limpamente caiadas²⁹. Já as casas da Vila de Santa Maria de Baependi eram, segundo Saint- Hilaire, “em geral, muito pequenas, e estão longe de atestar opulência. A Igreja, construída numa praça pública, nada tem de notável”³⁰.



Fonte: Lista nominativa de 1831, termos das vilas de São João del Rei e Santa Maria de Baependi.
Disponível em: < <https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>.
Acesso em: 21 de maio de 2012.

Os fogos da família dos livres se organizam como unidade de produção e de reprodução. A produção de gêneros de subsistência estava, por sua vez, vinculada ao abastecimento da praça comercial da Corte fluminense. Cabe portanto, salientar que os fogos em sua maioria, contavam com a presença de agricultores, negociantes e tropeiros, o que se observa no fogo do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira.

Um fragmento do censo do distrito de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande: a família do Alferes Joaquim Rodrigues Teixeira

O termo da vila de São João del Rei era muito extenso e tinha como limites os termos da Vila de Santa Maria de Baependi, o termo da Vila de Barbacena e o termo da Vila de São José

²⁸ Rodarte, 2012, p.119-135.

²⁹ POHL, J. E. Viagem no interior do Brasil. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976, p. 86-87.

³⁰ SAINT-HILAIRE, A. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822>> Acesso em: 18 ago., 2012.p 115-116.

del-Rei. A sua jurisdição abarcava a região em que havia os braços de interligações entre o Caminho Velho e o Novo. A interligação ocorria entre Baependi, Santana do Garambéu, Santa Rita de Ibitipoca, Santo Antônio da Ibertioga, considerado o sertão da Mantiqueira³¹. O distrito de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande pertencia ao termo da Vila de São João del-Rei, ficava entremeio ao Caminho Velho e ao Caminho Novo. Estava próximo às ligações do Caminho Velho, passando pelo sertão da Mantiqueira e, ao caminho Novo, entre a Vila de São João del Rei e a Matriz da Igreja Nova, passando pelo distrito de São Francisco do Onça. A capela em homenagem a Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, foi erigida na sesmaria doada a Salvador Lourenço em 1750. Na região, pouco anos depois houve a demarcação da sesmaria de Manoel Alves Pedrosa no sítio da Ponte Alta e uma outra sesmaria de Luis Coelho Borges no sítio do mesmo nome, mas sita no Morro do Chapéu. A família dos livres de cor, em foco, residia e possuía uma fazenda denominada Ponte Alta.

No Mapa de População de 1831, no distrito de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, a família do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, está presente em três fogos. O alferes Teixeira foi recenseado como chefe do fogo e juntamente com ele residia seis pessoas pardas livres e 32 escravos. Três membros da sua família eram chefes de fogos no curato de Nossa Senhora da Piedade e na capela de São Miguel do Cajuru. Na primeira localidade residiam os filhos Francisco Pereira Mendes e Thomas Quinto Pereira e na capela de São Miguel do Cajuru residia Marcelino Rodrigues Aquino, todos denominados como pardos³². Já no mapa de população de 1839 no curato de Nossa Senhora da Piedade, cujo Juiz de Paz³³ era Thomas Quinto Pereira, a família se desdobra em cinco fogos independentes e na Capela de São Miguel, o chefe do domicílio passa ser D. Maria Francisca Teixeira esposa de Marcelino³⁴.

Ao cruzar os dados do censo com o inventário e os registros de batismo pode-se vislumbrar a composição da família e as atividades desenvolvidas dentro dos fogos. O alferes Joaquim Rodrigues Teixeira era casado com Juliana Maria Pereira, diferentemente da informação da lista nominativa e dos registros de batismo dos seus filhos e, no seu inventário não há menção à sua cor parda. No mapa de população de 1831, dentre os membros do fogo há menção a Silvestre José Teixeira casada com Possidônia, que posteriormente compõe um fogo independente. Nesse censo a família Teixeira é classificada como lavradora, apenas Laurindo e Thomas Quinto Pereira

³¹SCARATO, Luciane Cristina. Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783).

³²Lista nominativa de 1831 para aplicação de Nossa Senhora da Piedade. Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acesso em: 21 de maio de 2012.

³³Juiz de Paz foi um cargo “instituído no Brasil em 15 de outubro de 1827. Autoridade judicial que também exercia funções administrativas e de polícia, devia julgar pequenas demandas que envolvessem até \$16. (...) Era escolhido pela Câmara Municipal.” In: BOTELHO, Ângela Viana; REIS Liana M. Dicionário Histórico Brasil: colônia e império. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.282.

³⁴Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial: Mp-cx. 06 doc. 34 e 21.

são nomeados como negociantes. Em todos os fogos há presença de escravos, desde 10 a 30 cativos, sendo o maior plantel o do alferes. Alguns escravos, tem o seu ofício discriminado, como é caso de Querino, cabra e sapateiro, Severino, crioulo e ferreiro, Paulo, africano e alfaiate, Inácio, João, e Joaquim, respectivamente africano, benguela, ganguela e pedreiros. Cabe salientar que esses ofícios são corroborados pelas ferramentas arroladas nos inventários. A partir dessas evidências as atividades do fogo podem ser classificadas como múltiplas e voltadas para a agricultura, a pecuária, a tropa e o comércio. A primeira atividade pode ser ratificada pelos bens de raiz arrolados no inventário, como “terras de cultura e campos de criar” e ferramentas utilizadas no cultivo como “foices, enxadas, cavadeira (...)”³⁵. A segunda atividade é evidenciada pela presença de 57 vacas entre paridas e falhadas, dois marruás, seis bezerros, 24 novilhas, 28 carneiros, 30 porcos e 60 leitões entre machos e fêmeas. O afazer com a tropa e com o comércio é apreendido pelos bens como “uma ferramenta de ferrar a tropa”, 13 éguas, três burrinhos, cinco cavalos, 11 bestas, dois burros e 20 bois de carro. A complementariedade das tarefas era comum entre os pequenos proprietários com uma tipologia entre proprietário/tropeiro e a “divisão social do trabalhos se fazia também através dos vínculos de parentesco”³⁶. A presença do proprietário tropeiro foi observado pelos viajantes. Luccock, na viagem do Rio de Janeiro até a Vila de Barbacena, descobre que o tropeiro que o acompanhava era também o proprietário de terras e afirma que “ao invés de seguir a dura e aflitiva vida de tropeiro por necessidade, verificávamos agora e bem antes de atingir sua casa, que estávamos viajando dentro de suas propriedades”³⁷.

A manutenção dos vínculos sociais da divisão do trabalho pode ser observado na família do alferes Teixeira. No mapa de população de 1839 observa-se o desmembramento desta família em fogos independentes de Silvestre José Teixeira e de Laurindo Rodrigues Teixeira e a manutenção do fogo inicial agora como chefe a mãe Juliana Maria Pereira, além da manutenção dos fogos já existentes de Francisco Pereira Mendes e de Thomas Quinto Pereira³⁸. Merece menção ainda o fato de somente a mãe e seu filho Inácio Rodrigues Teixeira, moradores na Fazenda Ponte Alta, serem nomeados como pardos, ao passo que os outros irmãos foram classificados como brancos.

Mesmo com a independência dos fogos e com a morte do alferes Teixeira a maior unidade produtiva não foi esfacelada e nem houve o empobrecimento dos membros, o que pode ser explicado por dois viés. O primeiro é a manutenção de um considerável plantel escravista pela mãe Juliana, com 20 escravos (entre estes estavam Inácio, africano e pedreiro, Severino, crioulo e

³⁵ AHET-II-IPHAN, Inventário do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, cx. 274.

³⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.92-93

³⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 295.

³⁸ Mapa de População do Distrito de Nossa Senhora da Piedade em 1839. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial: Mp-cx. 06 doc. 34 e 21.

ferreiro e Querino, cabra e sapateiro). Ao cruzar os fogos de 1839 com os inventários observa-se que a unidade produtiva da Ponte Alta não foi dividida e que os filhos adquiriram mais bens, principalmente terras. O filho solteiro Bernardino Rodrigues Teixeira, que morreu antes de sua mãe, a deixou como herdeira da metade da fazenda Aveiros que tinha em sociedade com o irmão Tomas Quinto Pereira e das partes da fazenda Ponte Alta herdada “por legitima do falecido pai alferes Joaquim Rodrigues Teixeira e por compra a herdeira Maria Francisca Teixeira viúva de Marcelino Rodrigues de Aquino”³⁹ com um monte mor de 9:710\$820 contos de reis. O herdeiro Laurindo Rodrigues Teixeira, no Mapa de população de 1839, era recém casado e possuía apenas nove escravos, mas por ocasião do seu falecimento em 1848, possuía 13 escravos, parte na fazenda Ponte Alta, parte na fazenda Aveiros, parte na fazenda Paraíso, parte no Retiro João da Silveira e compra da parte da fazenda Patrimônio e do Jacarandá do Ribeirão dos Cavalos. Pelas informações do inventário ele estabeleceu uma fazenda no Retiro da Ponte Alta e amealhou um monte mor de 17:771\$297 reis com as mesmas atividades do fogo do seu pai⁴⁰.

Na lista nominativa de 1839 o fogo de Francisco Pereira Mendes contava com a esposa, dois filhos e 13 escravos e de Possidônia Maria Teixeira, casada com Silvestre José Teixeira, com dois filhos e cinco escravos. Tudo indica que a produção era de subsistência e voltada para abastecer o mercado da Corte fluminense. No inventário do vizinho Francisco Teixeira Carvalho o alferes Teixeira tem suas atividades discriminadas como viver “de cultura e criar, e seus negócios de mandarem cargas para a Corte do Rio de Janeiro”⁴¹. Em Minas Gerais todo lavrador ou roceiro, possuía alguma produção comercializável, uma vez que eles buscavam no mercado as mercadorias das quais precisavam, mas não produziam, como, por exemplo, as ferramentas⁴².

É razoável considerar que a ausência de menção à cor ou à origem étnica, no caso de Teixeira, advém da sua patente e também de seu prestígio econômico, pois por ocasião de seu inventário, possuía 30 escravos, uma fazenda denominada Ponte Alta, vários sítios, bovinos e suínos, perfazendo um monte-mor de 15:866\$230 réis⁴³. O seu prestígio é observado em outras atividades, como sua participação na aclamação a d. Pedro I, em outubro de 1822, na Vila de São João de-Rei.

No contexto político de 1822, os camaristas mineiros, em sua maior parte, organizaram a ocupação da praça local para legitimar o poder político pedrino. Cabe considerar que esta ocupação contava com a participação de pessoas de diferentes grupos sociais, como magistrados, médios proprietários, comerciantes e pessoas que viviam de seus ofícios, ou seja, a ocupação da

³⁹ AHET-II-IPHAN, Inventário de Bernardino Rodrigues Teixeira, 1843, cx. 273.

⁴⁰ AHET-II-IPHAN, Inventário de Laurindo Rodrigues Teixeira, 1848, cx. 466.

⁴¹ AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.

⁴² CARRARA, Ângelo Alves. Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 63.

⁴³ AHET-II-IPHAN, Inventário do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, cx. 274.

praça em 1822 contou com a participação de indivíduos de origem social diversa e permite considerar que a participação em um ato como este era uma forma de obter prestígio e distinção em uma sociedade marcada por clivagens raciais e sociais⁴⁴.

Considerações Finais

Este trabalho é apenas um ensaio, pois a pesquisa está num estágio inicial e ainda falta concluir os bancos de dados para a Vila de Santa Maria de Baependi e mapear todos os documentos relativos aos fogos dos livres de cor. Pelos Mapas de População observa-se que a produção dos fogos eram voltados para a produção de subsistência e abastecimento dos mercados locais e da praça mercantil do Rio de Janeiro.

Referências

- ALMEIDA, Carla Maria C. MinasGerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*, n. 5, p. 93-119, 1995.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
- BOTELHO, Ângela Viana; REIS Liana M. *Dicionário Histórico Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.
- BRUNNER, Otto. *Novos caminhos da História Social e Constitucional*. Buenos Aires: Alfa. 1976. 211p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58474770/Brunner-Otto-Nuevos-Caminos-de-La-Historia-Social-y-Constitucional>> Acesso em: 1º jul. 2013.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 63.
- CASTRO, Hebe Maria M. *HistoriaSocial*. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teorias e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴⁴NASCIMENTO, Helvécio do. *Minas Gerais e o processo de independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

GUERZONI FILHO, Gilberto; ROBERTO NETTO, Luis. Minas Gerais: índices de casamentos da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, 1988.

KLEIN, H. S; PAIVA, Clotilde A. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 309-335, 1997.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 136.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 41- 63.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 295.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. e KLEIN, Hebert S. (Orgs.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, 2004, p.17.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes e circulação das elites em Portugal: 1640-1820. In: _____. (Org.). *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003. p. 105-137.

NASCIMENTO, Helvécio do. *Minas Gerais e o processo de independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

OLIVEIRA, Ronald Polito; LIMA, José Arnaldo C. de A. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1821-1825*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

RODARTE, Mario M. S.; A.; M. Publicação crítica de censo sócio-demográfico e econômico para a província de Minas Gerais, 1830. In: Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros, 2010, Brasília. *Anais do Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros*. Brasília: BRASA, 2010.

_____. *O Trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822>> Acesso em: 18 ago., 2012.

SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945, p. 291.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935